

PLANO DE LUTAS SINTRAJUSC 2025 – 2028

EIXO I – CARREIRA, REMUNERAÇÃO E ESTRUTURA DE CARGOS

- 1 - Demandar por negociação coletiva e data-base no Poder Judiciário da União;
- 2 - Lutar pelo encaminhamento e aprovação de um plano de cargos, carreira e salários (PCCS), incluindo as funções, comissionadas ou não, na carreira (critérios), com respeito aos princípios aprovados no último Congrejufe;
- 3 - Pressionar pela aprovação, no Congresso Nacional, e pela sanção presidencial, do PL 3084/2025;
- 4 - Pressionar pela aprovação, no Congresso Nacional, e pela sanção presidencial, do PL 4750/2025;
- 5 - Lutar pela valorização dos cargos e carreiras do Poder Judiciário da União;
- 6 - Reivindicar pela aprovação da Gratificação de Tecnologia da Informação (GAPTIC) aos profissionais de tecnologia da informação;
- 7 - Ampliar o percentual de teletrabalho no Poder Judiciário da União;
- 8 - Lutar pela regulamentação da Polícia Judiciária por meio de lei ordinária ou proposta de emenda constitucional;
- 9 - Lutar pela desvinculação da GAS do TAF nos termos já aprovados pela Fenajufe, inclusive para que seja incorporada para fins de aposentadoria;
- 10 - Demandar a regulamentação do adicional de penosidade para os três ramos do judiciário federal, inclusive para as localidades atingidas ordinariamente por eventos climáticos;
- 11 - Reivindicar a regulamentação do adicional de penosidade para a Justiça Militar;
- 12 - Reivindicar a isonomia, entre magistrados e servidores, de valores para custeio e reembolso do auxílio-saúde;
- 13 - Combater a privatização, terceirização e quarteirização no serviço público, propondo a reestatização dos cargos terceirizados com reinserção destes nos próximos concursos públicos, bem como combater a residência jurídica;
- 14 - Apoiar a luta internacional dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, criando espaços de diálogos e solidariedade com todos os trabalhadores, especialmente com os mais precarizados.

EIXO II - CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

- 1 - Combater todo tipo de assédio moral e sexual, bem como discriminações de gênero, raça, diversidade, capacidade e idade;
- 2 - Promover políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher;
- 3 - Trabalhar pela promoção da saúde mental dos servidores e pela prevenção à tentativa de suicídio;
- 4 - Lutar pela isonomia para a proteção da saúde mental nos moldes praticados pelo TRF4;
- 5 - Reivindicar a disponibilização, pelos Tribunais, de equipamentos de trabalho (computadores, impressoras, telas, cadeira ergonômica etc) aos servidores em teletrabalho;
- 6 - Exigir limites às metas de trabalho que assegure o respeito à jornada legal de trabalho e o direito à desconexão;
- 7 - Exigir a nomeação imediata de mais médicos para o Setor de Saúde do TRT12;
- 8 - Posicionar-se pela abertura de vagas, nos próximos concursos públicos, para profissionais do setor de saúde no Poder Judiciário da União em Santa Catarina, como odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros, médicos, assistentes sociais etc;
- 9 - Contabilizar periodicamente e divulgar estatísticas de assédio no ambiente de trabalho dos Tribunais;
- 10 - Criar protocolo para acolhimento e contabilização das denúncias de assédio no Poder Judiciário da União em Santa Catarina;
- 11 - Aperfeiçoar e divulgar um instrumento de autoteste online, para a pessoa identificar se está sofrendo assédio;

- 12 - Promover atividades de formação e conscientização sobre assédio e discriminações com profissionais especializados na área e cobrar o mesmo das administrações com definição de carga horária mínima;
- 13 - Exigir a retomada dos serviços de saúde itinerantes e exames médicos periódicos realizados pelo Poder Judiciário da União em Santa Catarina, promovendo a interiorização dos serviços de qualidade ofertados por servidores concursados, e que o Poder Judiciário da União em Santa Catarina firme convênios com serviços especializados, com ampliação das atribuições;
- 14 - Estabelecer Grupo de Trabalho para discutir questões referentes ao adoecimento do servidor e servidora, com proposta de atualização da pesquisa “Como Vai Você” e live com profissional indicada pelo GT.

EIXO III – PARTICIPAÇÃO SINDICAL, REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA LUTA

- 1 – Combater a “Reforma Administrativa” e os demais ataques aos direitos dos servidores e dirigentes sindicais pelas contrarreformas neoliberais;
- 2 - Atuar no âmbito do Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, no Ministério da Gestão e Inovação, por meio da FENAJUFE, para que seja restabelecido o direito dos servidores à “licença remunerada para exercício de mandato classista”, equiparando à licença concedida aos magistrados, com garantia de retorno à lotação anteriormente ocupada;
- 3 - Propor um projeto de lei e/ou uma proposta de regulamentação nos Conselhos Superiores para que a FENAJUFE tenha assento, voz e voto nesses espaços decisórios;
- 4 - Promover a eleição de Representantes de Base, regulamentando sua estrutura, em conformidade com o Estatuto do Sintrajusc;
- 5 - Mapear a lotação e sindicalização por cidade e unidade judiciária para montar estratégia de contato com não sindicalizados nas diferentes regiões;
- 6 – Promover a integração social, cultural e do desporto dos servidores do Poder Judiciário da União em Santa Catarina;
- 7 - Priorizar a luta unificada por meio do sindicato local e sua federação, combatendo movimentos fratricidas de associações e organizações pelegas, que atomizam as lutas coletivas, facilitando a divulgação de informações sobre representatividade e papel de sindicatos e associações;
- 8 - Reivindicar a liberação dos servidores para participar das atividades sindicais, sem compensação de jornada e de trabalho;
- 9 - Exigir o acesso à informação dos servidores, perante os tribunais, para uso do Sindicato, para garantia de direitos;
- 10 - Solicitar aos tribunais a estatística de data de ingresso dos servidores a fim de definir as prioridades de atuação;
- 11 - Que os atos presenciais do Sintrajusc sejam também transmitidos online;
- 12 - Apoiar a luta pela libertação da Palestina, denunciando o genocídio em curso na Faixa de Gaza.

EIXO IV - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO SINDICAL

- 1 - Promover estudos sobre os reflexos prejudiciais das mudanças tecnológicas na saúde do trabalhador e na sustentação da estrutura sindical;
- 2 - Cobrar que o sindicato seja consultado e participe previamente, integrando estudos e iniciativas em geral, sobre mudanças tecnológicas;
- 3 - Pautar estudos sobre novos caminhos de reorganização sindical no contexto do teletrabalho e outras organizações laborais mediadas pelas novas tecnologias;
- 4 - Fazer uma pesquisa indagando à categoria: Por que você não é sindicalizado? Trabalhar as respostas tendo como mote a educação sindical;

- 5 - Promover atos em eventos das Escolas Judiciais, denunciando as diversas limitações e restrições de participação dos servidores, que recebem tratamento diferenciado em relação aos magistrados;
- 6 - Aprofundar os estudos das novas relações de trabalho precarizadas no serviço público com as mudanças tecnológicas e suas conexões com as ações imperialistas na América Latina;
- 7 - Oficiar e pressionar as administrações a desenvolverem e usarem sistemas nacionais próprios de informação e comunicação;
- 8 – Demandar garantias aos servidores de efetiva participação em atividades de formação e capacitação promovidas pelos Tribunais, dentro da jornada de trabalho, com liberação de ponto, respectiva redução de metas nos dias em que durarem o evento e concessão de diária para os servidores do interior;
- 9 - Defender a soberania e as riquezas naturais e minerais do Brasil e demais países latino-americanos, combatendo todo tipo de assédio de países imperialistas, como os Estados Unidos;
- 10 - Compartilhar e publicizar materiais de divulgação científica dos temas debatidos no Congresso (ex.: vídeos e cursos do canal do IELA/UFSC);
- 11 - Fazer leitura coletiva com debate de livros sobre temas relacionados ao eixo temático por meio de um clube do livro;
- 12 - Divulgar aplicativos e plataformas digitais alternativos de acesso aos conteúdos debatidos no Congresso (ex.: FATOFILIX), compartilhando opções de acesso aos servidores de conteúdos críticos, gratuitos e de qualidade;
- 13 - Vincular a luta pela aprovação da GAPTIC como condição para promoção da autonomia tecnológica do Poder Judiciário da União em Santa Catarina.